

Ajustes serão feitos via orçamento

Redução do déficit virá com corte em despesa e maximização da receita

Os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, estão realmente engajados em preparar um conjunto de medidas econômicas destinadas a aprofundar a contenção do déficit público, mas não se trata de nenhum "pacote" de mudança de rumos, muito menos de qualquer "choque": o que os dois ministérios estão fazendo nestes últimos dias é a montagem do Orçamento da União para 1989, com o detalhe de que a proposta a ser enviada até o fim do mês ao Congresso já estará compatibilizada com a reforma tributária, aprovada no primeiro turno da Constituinte.

A revelação foi feita ontem pelo Ministério da Fazenda, esclarecendo as informações vazadas no Palácio do Planalto na ausência do presidente José Sarney, dando conta da preparação de um "conjunto de medidas" para enfrentar a escalada da inflação. Ao montar o orçamento unificado, já prevendo a aprovação da reforma tributária na Constituinte, a área econômica está mesmo pressupondo o aprofundamento dos cortes de despesas e maximização de receitas, de forma a cumprir a meta com o Fundo Monetário Internacional de baixar o déficit público para apenas 2 por cento do Produto Interno Bruto no próximo ano.

Tão logo seja terminada a montagem do orçamento, que tem prazo legal para estar no Congresso até 31 de agosto, a equipe econômica deverá passar à implementação das medidas pressupostas nesta reorganização das contas do Go-

verno Federal — ou seja, no rumo de cortar mais despesas, livrar a União de encargos cuja cobertura orçamentária tenha sido transferida aos Estados e Municípios, apressar o programa de privatizações, maximizar receitas tributárias e, assim, enfrentar ao mesmo tempo o problema do déficit público, da inflação e dos cortes que a Constituinte tende a manter na futura Carta.

Ao tentar compatibilizar ao máximo possível o novo Orçamento da União à reforma tributária da Constituinte, os ministros procuraram se preparar também para governar a economia sem o atual instrumento do decreto-lei. "Caso contrário, seria o caos" — disse ao CORREIO BRAZILIENSE uma autoridade da área econômica, explicando que o Governo ficará, a partir da promulgação da nova constituição, de mãos amarradas se for preciso introduzir correções de curso em suas finanças. Daí a necessidade de já prever desde agora medidas que adequem as finanças do próximo ano à futura realidade constitucional.

PACOTE

Várias autoridades demonstraram ontem forte preocupação com as notícias — dadas primeiro pelo CORREIO e ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo — de que o conjunto de medidas econômicas já estaria praticamente concluído, esperando apenas uma decisão política do presidente José Sarney. O próprio presidente esclareceu que não está em estudo nenhum choque na econo-

mia por causa da escalada inflacionária em julho. Na realidade, em nenhum momento se falou em choque, que pressupõe congelamento ou arrocho geral nas políticas fiscal e monetária.

Ministros como o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e mesmo da Fazenda, Maílson da Nóbrega, apressaram-se em negar também a existência de um pacote, no sentido de um elenco de medidas que mudariam o rumo da política econômica até então em vigor. A terminologia utilizada pela assessoria do presidente José Sarney, ao vazar a informação para o CORREIO na última segunda-feira, foi realmente "um conjunto de medidas" destinadas primeiramente a aprofundar a contenção do déficit público. Num segundo momento, dependendo da avaliação política do Governo, seria adotado algo semelhante ao redutor proposto pelo ex-ministro Mário Simonsen, como forma de apressar a queda da inflação.

O Governo ficou preocupado, de acordo com declarações em off de alguns ministros, com as consequências que o vazamento de informações sobre a preparação de um novo Orçamento da União, acompanhado de "medidas dolorosas", provocaria sobre o mercado, num momento de tensão em torno do segundo turno da Constituinte e da reescalada da inflação. Tudo que se está preparando segue a mesma linha da política econômica do feijão-com-arroz, conduzida pelo ministro da Fazenda em concordância com a Sepplan e o Palácio.